

Auri, a anfitriã: memórias do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa¹

Aline de Sousa MOURA²
Bárbara Almeida PEREIRA³
Kamila Bossato FERNANDES⁴
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

RESUMO

O livro-reportagem “Auri, a anfitriã: memórias do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa” narra a história de quatro mulheres em situação de cárcere sob a ótica da própria penitenciária. “Auri” é, assim, o espaço e a narradora desta obra. Com a mescla de recursos literários e técnicas jornalísticas, o trabalho em questão reflete sobre a eficácia dos sistemas penal e judiciário a partir das experiências das personagens. Além disso, humaniza e resgata a identidade das presidiárias ao priorizando a visão que estas mulheres têm da própria história antes e durante o cárcere.

PALAVRAS-CHAVE: cárcere; mulher; crime; relações de gênero; jornalismo literário.

1 INTRODUÇÃO

O livro-reportagem “Auri, a anfitriã” surge no mundo acadêmico e editorial para suprir uma lacuna. Ele vem mostrar aos seus leitores uma visão aprofundada e crítica sobre o sistema carcerário. Especificamente, vem mostrar um olhar feminista sobre a relação entre mulher, crime e cárcere. A importância de uma obra sobre o cárcere é, acima de tudo, trazer à tona o debate sobre o funcionamento dos sistemas penal e judiciário. Encarar os problemas da violência sob uma ótica simplista não é eficaz. Afinal, prende-se cada vez mais em presídios já superlotados, enquanto os índices de violência só aumentam. Este trabalho não se propõe, assim, a dar respostas prontas, mas a instigar reflexão em quem ele chegar.

Para dar vida ao universo carcerário em nosso trabalho optamos por um recorte. Optamos por contar a história de quatro internas do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, único presídio feminino do Ceará. Mais que isso, optamos por contar as “verdades” das próprias personagens. Afinal, números e estatísticas

¹ Trabalho submetido ao XXI Prêmio Expocom 2014, na Categoria Jornalismo, modalidade Livro-reportagem (avulso).

² Aluna líder do grupo e recém-graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará, e-mail: alinemourange@gmail.com.

³ Recém-graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará, e-mail: barbaraalmeida90@gmail.com.

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará, e-mail: kamila.fernandes@gmail.com.

desprovidos de identidade já são lugar comum no jornalismo cotidiano. Optamos por mostrar como as personagens construam a própria história. E quem melhor para narrar as confissões dessas mulheres do que a sua própria morada? Assim, nasceu Auri, a narradora desta obra.

Inaugurada em 22 de agosto de 1974, em um antigo prédio do Convento da Congregação do Bom Pastor, no município de Fortaleza, a instituição era marcada pela forte influência do discurso moral e religioso, conforme o relatório “Mulheres em situação de prisão do Ceará: quem são e como estão” (IPECE, 2012). Apenas em outubro de 2000, o Governo do Estado do Ceará inaugurou o novo prédio do IPF.

Localizado no município de Itaitinga, Região Metropolitana de Fortaleza, o novo prédio, apesar de despontar como “presídio-modelo”, “guarda pouca fidelidade ao seu destino, vez que a cultura prisional também é bastante masculina e punitiva”, de acordo com relatório do IPECE (2012, p. 8). Contando com cinco alas de convivência, a unidade possui capacidade máxima de 374 vagas. No entanto, a população carcerária do IPF apresenta números superiores à capacidade, variando entre 400 e 500 internas.

O quarto eixo do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher propõe a promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão. Para isso, é necessário conhecer a realidade da população carcerária. No entanto, segundo relatório do IPECE, o sistema carcerário não possui uma visão aprofundada da própria população. Existem informações, mas estão esquecidas nos sistemas de informações e arquivos. “[...] o IPF recebe do Estado os mesmos formulários e materiais de expediente usados para os homens”, denuncia o relatório (IPECE, 2012, p. 9). A ficha de identificação inicial do presídio feminino, por exemplo, pergunta se a nova interna possui barba e bigode.

Apesar de a pesquisa realizada pelo Ipece apontar que apenas 50% das internas declararam-se negras, mulatas ou mestiças, o relatório ressalta a dificuldade de algumas mulheres em se reconhecerem como negras, sinalizando um possível “racismo ainda existente na sociedade brasileira, pautado na desigualdade social” (IPECE, 2012, p. 10). Outro fator importante é o percentual alto de mulheres jovens entre as internas, quase 50% delas têm de 18 a 29 anos, e a baixa escolaridade, mais de 50% sequer terminou o Ensino Fundamental. Apenas 1% possui Ensino Superior.

Questionadas sobre as motivações que as levaram ao abandono dos estudos, 19,9% responderam que necessitavam trabalhar, 8% que não se adaptaram à escola, 7,3% que não tiveram acesso à escola e 4,2% que os companheiros as proibiram de estudar. “Os registros

de mulheres afirmando que abandonaram os estudos em face da proibição dos companheiros [...] revelam uma expressão da violência, baseada na cultura machista, na qual os homens mandam e ordenam nas atividades e no cotidiano social, familiar e afetivo de suas namoradas, esposas e companheiras” (IPECE, 2012, p. 12).

2 OBJETIVO

A principal motivação para a escrita de “Auri, a anfitriã” foi o anseio por se aprofundar no universo carcerário. Foi a inquietude que o jornalismo cotidiano não conseguia acalmar. Portanto, o objetivo deste livro-reportagem é resgatar a identidade de mulheres condenadas pela Justiça e humanizar o ambiente carcerário. Além de quebrar com os estereótipos e estigmas sociais criados em torno de presidiárias, “Auri, a anfitriã” se propôs a refletir sobre a eficácia não só do sistema carcerário, mas de toda a complexa engrenagem alimentada pela Justiça e pelo Código Penal Brasileiro.

Travando diálogos internos a partir da leitura de Foucault (2010), a narradora se questiona: será que, além de vigiar e punir os infratores, o Sistema está cumprindo o propósito de ressocializar os egressos do sistema prisional? Através da narrativa e das reflexões da narradora, buscamos responder a essa questão tendo como base pesquisas, entrevistas e documento oficiais. As histórias das quatro personagens principais funcionam como um recorte do universo carcerário, mostrando as falhas e os acertos da punição por meio da privação de liberdade. Mas do que isso. Exibem as nuances da atuação do próprio Estado, que falha ao fornecer serviços básicos como saúde e educação, mas que é sempre certo na hora de “punir” alguns tipos de crime, principalmente aqueles diretamente relacionados às desigualdades sociais.

Além disso, a obra dialoga intensamente com questões de gênero e diversidade sexual. Ao falar sobre gênero, é relevante lembrar que, mesmo em uma penitenciária feminina, as mulheres estão ligadas a um contexto de dominação masculina. Moura (2005) ressalta que o conceito de gênero surge como reconhecimento de que o mundo das mulheres é parte do mundo dos homens. “Desta maneira, se adota o termo androcêntrico, dentro dos estudos de gênero, para significar a centralidade do masculino nas construções sociais e simbólicas que emergem das sociedades e culturas” (MOURA, 2005, p. 34).

3 JUSTIFICATIVA

Segundo Moura (2005), mais de 50% das mulheres presas no Brasil (assim como em Itaitinga) têm envolvimento com tráfico de drogas. Em dezembro de 2010, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) apurou que, do total de 22.626 presas no sistema carcerário brasileiro, 14.057 estavam cumprindo pena por tráfico. Além disso, a reincidência é alta, o que demonstra ineficácia dos métodos de reinserção social dessas mulheres no atual sistema penal.

De acordo com Moura (2005), homens e mulheres são afetados da mesma maneira pela concentração de renda, desemprego e falta de perspectivas. Desta forma, cada vez mais mulheres aderem ao tráfico de drogas, espaço até então hegemonicamente masculino. A maioria das internas do presídio tem suas vidas afetadas por problemas sociais e econômicos. “Majoritariamente, não foram elas que procuraram o crime. É o crime que, circunstancialmente, chega às suas vidas” (MOURA, 2005, p. 33).

A aplicação da Justiça e o sistema penitenciário nacional são de relevância para toda a sociedade. Dessa forma, torna-se imprescindível abrir espaços para discutir os problemas de marginalização, punição e reinserção social de pessoas envolvidas com o crime. Para entender o processo de criminalização dessas pessoas, é importante ir além do óbvio e tentar conhecer a fundo a trajetória de vida daqueles que estão em situação de cárcere. Disponibilizar espaços de expressão para esses segmentos podem servir ainda como política de reinserção social, proporcionando autoestima às mulheres marginalizadas e servindo para quebrar barreiras impostas pela sociedade, que, no geral, prefere ignorar esta realidade.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

O jornalista é um contador de histórias. E como construtor de narrativas, seu texto não está imune a subjetividades. No entanto, o jornalismo tradicional busca o desaparecimento da figura do narrador com suas “narrativas autoritárias” (SILVA, 2007). Silva (2007) as define assim porque estas “estabelecem o apagamento (ilusório) daquele que fala – o jornalista – com vistas a tornar o texto mais compreensível e credível aos olhos do público” (SILVA, 2007, p. 21). De acordo com Resende (2002a, apud SILVA, 2007, p. 20), as técnicas jornalísticas de distanciamento insistem em “fazer crer que a verdade encontra-se colada à palavra”. Com isso, o que acaba prevalecendo é “o sujeito da enunciação que já nem se sabe se é o jornalista ou a empresa em que trabalha, alguém que escreve, mas não

fala” (RESENDE, 2002a apud SILVA, 2007, p. 20).

Apesar disso, o narrador persiste no jornalismo. Encontra caminhos novos de se fazer presente. A narradora do livro-reportagem “Auri, a anfitriã” é um exemplo disso. Ela é fruto da mescla entre o resgate do narrador no jornalismo e a busca por novas formas de narrar as “verdades” das personagens. Em “Auri, a anfitriã”, a narração vai muito além de uma técnica literária. Ela funciona como o aporte de objetividade, pois a narradora, assim como suas criadoras, narra aquilo que ouviu de suas personagens. Ela representa, ao mesmo tempo, a subjetividade e a objetividade das jornalistas que falam por meio dela.

A proposta de “Auri, a anfitriã” encontra no gênero livro-reportagem as condições necessárias para suprir os anseios criativos de suas autoras, sem deixar de lado elementos fundamentais como a veracidade e a verossimilhança. A narradora é fruto de criação literária, mas também representa diversas vozes concretas. As vozes das jornalistas e as vozes das personagens. Ela representa a apuração das jornalistas e as verdades contadas por suas personagens. Apesar de personagem ficcional, “Auri” é quem está inteiramente mergulhada na realidade cotidiana das internas. A narradora é, assim, o aporte de objetividade. Em sua narração, ela deixa claro que o que sabe são versões contadas pelas personagens.

Em um texto habitado pelo narrador-jornalista, o seu criador é liberado da obrigação de revelar qualquer verdade que seja: é o narrador quem observa e conta a história, subtraindo-se da ação narrada (pressuposto máximo da narrativa jornalística), sem ter de enfrentar a empiria explícita do mundo real. Ele é uma estratégia textual, e é no texto que ele se revela. O jornalista (autor empírico), que precisa da habilidade para saber criá-lo, faz dele o seu olhar, naturalmente, mas não se faz nele. (RESENDE, 2002a apud SILVA, 2007, p. 22)

Como gênero textual, o livro-reportagem permite mais liberdade criativa que os demais formatos jornalísticos. Surge, portanto, para suprir a falta de aprofundamento do jornalismo cotidiano e, principalmente, para humanizar e restituir identidade a personagens marginalizados pela grande mídia.

É fácil compreender que o livro-reportagem, agora, como no passado, é muitas vezes fruto da inquietude do jornalista que tem algo a dizer, com profundidade, e não encontra espaço para fazê-lo no seu âmbito regular de trabalho, na imprensa cotidiana. Ou é fruto disso e (ou) de uma outra inquietude: a de procurar realizar um trabalho que lhe permita utilizar todo o seu potencial de construtor de narrativas da realidade (LIMA, 2009, p. 33-34).

Centrado no Jornalismo Literário, “Auri, a anfitriã” traz uma narrativa em primeira pessoa, tendo o espaço como narrador observador. A sequência narrativa se baseia a partir do que a narradora presencia, ou seja, ela constrói uma imagem das vidas anteriores das personagens, a partir das versões apresentadas por elas. Ao longo do texto, os nomes de todas as personagens, protagonistas ou secundárias, foram substituídos por nomes fictícios, para preservar a integridade das fontes. Apenas os nomes dos juízes responsáveis pela concessão de benefícios foram preservados.

Durante a leitura, é possível identificar que a linguagem explorada por “Auri” reserva um tom, por vezes coloquial, por vezes mais lírico, porém, sempre mais aproximado de sua densidade psíquica e emocional, do que do vocabulário e linguagem utilizados pelas personagens. A narradora imprime suas marcas emocionais e subjetivas, substituindo termos comuns e, muitas vezes, estereotipados sobre os indivíduos em privação de liberdade por formas mais íntimas de se referir às internas. Assim, a narradora cria vocabulário próprio com termos que, simbolicamente, demonstram a visão que ela tem sobre as coisas, como, por exemplo, “minhas hóspedes”, “meus cômodos”, “meus domínios”, “mundo exterior”, “leis dos homens”.

Sobre o discurso midiático, de uma forma geral, uma certa tradição teórica afirma que ele é construído a partir de um referencial, que é a realidade capturada pelo investigador, mas, embora busque estar ancorado na objetividade, não é absolutamente inquestionável. Com isso, entendemos que, ainda que tivéssemos escolhido outras formas narrativas, como perfis ou retratos, por exemplo, não conseguiríamos constatar a veracidade das declarações de todas as presidiárias entrevistadas. Pois esse paradoxo se apresenta da mesma forma para as outras escolhas narrativas.

Desta maneira, o discurso midiático de “Auri, a anfitriã” está mais vinculado, antes, à verdade da enunciação (das mulheres em privação de liberdade), do que à verdade do enunciado (por elas). Barbisan (2007) diz que “cada produção de discurso constitui um centro de referência interna. Nele emergem marcas de pessoa (relação eu-tu), de ostensão, de espaço e de tempo, em que eu é o centro da enunciação. É somente pela enunciação que certos signos passam a existir” (BARBISAN, 2007, p. 28).

Assim, a veracidade das versões apontadas pelas entrevistadas não importa para o discurso da penitenciária. Importa apenas aquilo que elas têm a dizer sobre si mesmas. São versões que, por vezes, foram ignoradas pela Justiça, cujas sanções recebidas podem estar

descontextualizadas de suas histórias de vida e visões de mundo. O que se quer trazer à tona não são mais julgamentos, mas os caminhos percorridos até o cárcere, a experiência carcerária e expectativa de retorno para a sociedade, a partir das perspectivas individuais.

Os relatos trazem à superfície revelações acerca de suas trajetórias e de suas posições sociais, culturais e econômicas que, muitas vezes, foram descartadas pela sociedade e até por elas mesmas. O que acaba por reforçar os estigmas, bem como as estruturas sociais desiguais vigentes e a criminalização de determinados segmentos da sociedade. Portanto, o discurso narrativo na voz da prisão contempla em maior escala a objetividade buscada por nós, acerca do encadeamento das perspectivas individuais, sociais e institucionais.

Além disso, no ambiente do cárcere, a fantasia é uma constância psíquica entre as presidiárias. Viajando por suas memórias podemos chegar, ao final, a um perfil psicológico daquela personagem. Mas o jornalismo não pode dar conta de o quão real ou fantasioso possa ser essas memórias. Depende de uma gama de aspectos subjetivos e por vezes imaginativos, pois a mente humana não guarda com exatidão as memórias de uma vida. No cárcere, isso se acentua, pois o mundo real está ainda mais misturado ao ideal e ao fantástico, uma vez isolado do convívio social.

5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

O livro “Auri, a anfitriã: memórias do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa” se divide em cinco partes: um prólogo; três capítulos com histórias das personagens; e um epílogo. No prólogo, denominado “Eu, a hospedeira de memórias”, o leitor conhece a narradora. “Auri, a anfitriã” é quem se apresenta, resgatando toda a sua trajetória, passando pelo momento em que foi erguida, depois pelo instante em que “ganhou vida” até o presente, em que se dedica a observar suas “protegidas”. Numa espécie de convite, a narradora segue descrevendo seus domínios, o que possibilita ao leitor a sensação de estar adentrando no presídio e de respirar o ambiente carcerário. Ela descreve minuciosamente os espaços e as atividades desenvolvidas ali, enumerando dados quantitativos e qualitativos. Nesse capítulo, “Auri” também começa suas reflexões sobre a rotina carcerária, os procedimentos, sua população e como tudo isso interfere nas vidas das internas.

Os próximos três capítulos trazem as histórias de quatro mulheres, escolhidas para ilustrar os perfis de mulheres que ali habitam. A seleção dessas personagens foi baseada nas

principais motivações para a entrada da mulher no crime: a cooptação e o tráfico de drogas.

O primeiro capítulo, “Maribel e Jéssica, as estrangeiras”, traz a saga internacional vivida por duas jovens habitantes de Madri, na Espanha. As jovens possuem origens muito diferentes – uma é dominicana e suburbana enquanto a outra uma “legítima” madrilena – porém, têm suas histórias cruzadas através dos maridos. Tragicamente, também será um terceiro parceiro o responsável por suas vindas ao Brasil e pelas prisões em flagrante no aeroporto de Fortaleza. Enquanto presas, as duas precisam desvendar os mistérios do idioma e dos códigos regentes, mas não juntas. Após o flagrante, a amizade se transforma em outro tipo de ligação.

Depois, vem a história de “Cinara, a amante dos livros”. Ainda jovem, essa paulista esteve envolvida em um confuso plano de vingança, formulado por seu ex-namorado. Ele planejou o assassinato de seus próprios tio e primo. Cinara, à época, esteve na cena do crime e fugiu com o rapaz. Tempos depois, foi capturada. Chegou a passar mais de uma década esperando julgamento em liberdade, até receber sua condenação. Entregou-se às autoridades no início de sua maturidade. No cárcere, dedicou à sua verdadeira paixão: os livros. Já presa, conheceu Michel Foucault, em “Vigiar e Punir”. Através do trabalho e dos estudos, tornou-se a primeira presidiária do Ceará a conquistar o direito de frequentar uma universidade federal.

No terceiro capítulo, um retrato mais fiel do quadro social que representa a maioria da população carcerária. “Patrícia, a mãe do crack” conta a trajetória de uma jovem cearense, viciada em crack e mãe de quatro filhos. Nas raízes familiares, a banalização da violência e também do crime. Abriu a porta para a droga através do primeiro marido. Ao longo de dois casamentos, teve quatro filhos e fumou crack em todas as gestações. Teve a sorte de nenhum marido a abandonar. Ela quem escolheu a droga. Foi presa em flagrante, dentro de uma boca de fumo. Na cadeia, teve que enfrentar a abstinência em sua versão mais crua, sem tratamento. Com apoio do marido, conseguiu dar uma reviravolta em sua vida.

Finalmente, o epílogo “Para sempre Auri, a prisão perpétua” elenca as revelações que surgem para a narradora, após a observação e a reflexão sobre eficiência do sistema carcerário e do Código Penal Brasileiro. Nesse trecho, ela exprime suas críticas, fundamentadas em argumentos da Justiça Restaurativa, embora esta não seja mencionada pela prisão, e na obra de Foucault, analisando a relevância das penas, do sistema penal, da disciplina, da lei e do poder do Estado sobre mentes e corpos.

No aspecto da apuração jornalística, foram realizadas pelo menos duas entrevistas,

com duração de uma a duas horas, com cada uma das personagens. Elas aconteceram tanto dentro do presídio, no parlatório, como fora dele, dentro da universidade. Esses momentos foram longos e preciosos, nos quais essas mulheres puderam exprimir suas versões em relação aos crimes. Além disso, também foram relatos importantes para contextualizar suas histórias de vida e visões de mundo.

Como fontes, também foram consultados os documentos processuais, dentre outros documentos internos, a publicação “Mulheres em situação de prisão do Ceará: quem são e como estão”, e os funcionários do IPF, entre agentes penitenciários, profissionais da saúde, defensores públicos e direção do presídio. Ao longo do processo, as informações fornecidas pelas personagens foram confrontadas com o corpo profissional e registradas ambas as versões, no caso de divergências.

Em visita guiada, pudemos conhecer os perímetros internos do prédio, em plena operação. Passamos por todas as alas, conhecemos locais de trabalho e estudo e visitamos as dependências anexas, como a creche, o venustério, a quadra poliesportiva, entre outros. Os registros fotográficos realizados nessa visita ilustram o projeto gráfico, carregando as marcas da rotina carcerária, do abandono, do controle institucional, mas também da força de vontade e da esperança. O livro possui 163 páginas, em preto e branco, cuja diagramação assume a proposta narrativa na voz de “Auri”, exprimindo sua perspectiva interna e crítica acerca dos fatos que presencia. As legendas das fotos, por exemplos, permanecem como descrições em primeira pessoa.

6 CONSIDERAÇÕES

Falar sobre o cárcere feminino foi, no mínimo, desafiador. A pesquisa possibilitou romper preconceitos em relação às pessoas em privação de liberdade, para, através do nosso trabalho, resgatar da essência feminina, materna e, especialmente, humana das pessoas que dão sentido àquele lugar.

A obra carrega a proposta de descortinar a ação (e ausência) do Estado com determinados segmentos da sociedade, mascaradas e reforçadas pelos estímulos sociais e pelas abordagens estereotipadas da mídia convencional e policial. Aliado ao jornalismo literário, considera-se que ela cumpre seu propósito de informar com aprofundamento o tema, numa perspectiva pouco conhecida. Mais que isso, o trabalho provoca a reflexão sobre a eficiência da nossa Justiça e sobre os códigos socioculturais de nossa sociedade,

extremamente classista, discriminatória e pouco crítica.

O livro-reportagem “Auri, a anfitriã” é resultado de uma importante pesquisa bibliográfica e da investigação de campo, cujo produto jornalístico é marcado pelas impressões dispersas no espaço-tempo da rotina carcerária. Uma leitura envolvente e inovadora, no ponto de vista jornalístico, indicada para todos os públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBISAN, Leci Borges. **O conceito de enunciação em Benveniste e em Ducrot**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, artigo científico, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE); COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER. **Mulheres em situação de prisão do Ceará: quem são e como estão**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2012.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4ª ed. Barueri: Manole, 2009.

MOURA, Maria Jurema de. **Porta fechada, vida dilacerada – mulher, tráfico de drogas e prisão: estudo realizado no presídio feminino do Ceará**. Fortaleza: UECE, dissertação de mestrado, 2005.

SILVA, Patrícia Rocha da. **Jornalismo em primeira pessoa: a construção de sentidos das narradoras da revista TPM**. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado, 2007.